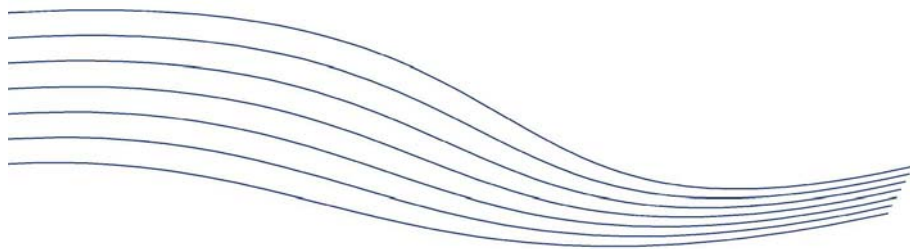


PROCESSO DE VENDA DE ESTRUTURA METÁLICA DE ACESSO
AO PONTÃO FLUTUANTE RO-RO

PROCEDIMENTO

MAIO 2016



PROCESSO DE VENDA DE ESTRUTURA METÁLICA DE ACESSO
AO PONTÃO FLUTUANTE RO-RO

- ÍNDICE GERAL -

- I - ANÚNCIO
- II - CONDIÇÕES GERAIS
- III - CADERNO DE ENCARGOS

I - ANÚNCIO

Faz-se público que, por deliberação do Conselho de Administração da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., de 02 de junho de 2016, foi determinada a venda de uma estrutura metálica de acesso a um pontão flutuante RO-RO, parqueada no Terminal Norte do Porto de Aveiro, devendo as propostas dar entrada em carta fechada, na sede da empresa, sita no Edifício 9, Forte da Barra, 3830-565 Gafanha da Nazaré, até às 17h30m do dia 20 de junho de 2016.

A referida estrutura metálica tem as seguintes características principais:

Tipo de estrutura - Estrutura metálica, datada de 1987, com 20 metros de comprimento, 7 metros de largura e 1,4 metros de altura, acrescido de varandins laterais com 1 metro de altura, e dois apoios metálicos com 6,50 metros de comprimento, 1,5 metros de largura e 2 metros de altura.

Material de construção - Ferro.

A abertura das propostas terá lugar na sede da APA, S.A., às 10h00m do dia 21 de junho de 2016.


O Processo de Venda de Estrutura Metálica de Acesso ao Pontão Flutuante RO-RO, que integra o presente Anúncio, as Condições Gerais e o Caderno de Encargos, encontra-se patente, durante as horas de expediente (das 9h30m às 12h30m e das 13h30 às 16h00m) e em todos os dias úteis, na sede da APA, S.A.. Este pode ainda ser consultado diretamente no *website* da APA, S.A. - www.portodeaveiro.pt.

São condições da venda:

- 1 - Preço mínimo de venda: 130,00 €/ton (cento e trinta euros por tonelada), que não inclui o IVA.
- 2 - O estado atual da estrutura metálica pode ser verificado no Terminal Norte do Porto de Aveiro no dia 08 de junho de 2016, das 14h00m às 16h00m, devendo todos os interessados remeter à APA, S.A., para autorização de acesso e até ao dia anterior, a identificação dos participantes na visita (nome, n.º BI/CC), bem como a matrícula das viaturas em que se deslocarão.
- 3 - Apresentação pelos concorrentes de:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada de acordo com a minuta constante do processo de venda de estrutura metálica de acesso ao pontão flutuante RO-RO;
 - b) Proposta de preço, elaborada em conformidade com a minuta constante do referido processo de venda;
 - c) Número de identificação fiscal e, no caso de o concorrente ser pessoa coletiva, código de acesso à certidão permanente *on-line*.

Forte da Barra, 03 de junho de 2016.

O ADMINISTRADOR



(Olinto Ravara)

II - CONDIÇÕES GERAIS

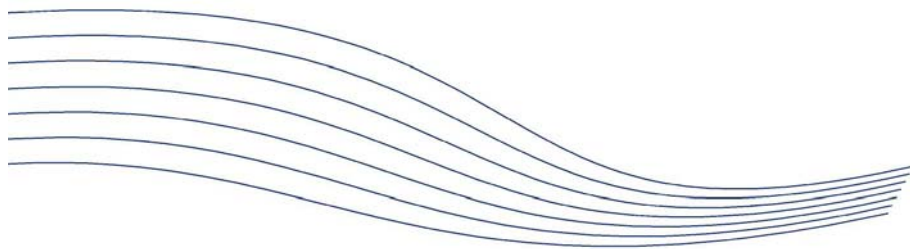
- ÍNDICE -

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO
2. ENTIDADE ADJUDICANTE
3. CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO
4. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO
5. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS
6. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
7. PRAZO DAS PROPOSTAS
8. ATO PÚBLICO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO
9. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E HABILITAÇÃO
10. PAGAMENTO DO PREÇO
11. CADUCIDADE DE ADJUDICAÇÃO
12. ADJUDICAÇÃO EM CASO DE RENÚNCIA À COMPRA OU CADUCIDADE
13. DESPESAS E ENCARGOS

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO



1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem por objeto a venda de uma estrutura metálica de acesso ao pontão flutuante Roll On-Roll Off, pelo preço mínimo unitário de 130,00 €/ton (centro e trinta euros e zero cêntimos por tonelada), valor que não inclui o IVA, nos termos previstos no Caderno de Encargos.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., com sede no Edifício 9, Forte da Barra, 3830-565 Gafanha da Nazaré, com o endereço eletrónico geral@portodeaveiro.pt, o telefone 234393300 e o fax 234393399.

3. CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

3.1 O Processo de Venda de Estrutura Metálica de Acesso ao Pontão Flutuante RO-RO encontra-se disponível para consulta no *website* da APA, S.A., através do endereço <http://www.portodeaveiro.pt>, bem como, na sede desta Administração, onde pode ser consultado, durante os dias úteis das 9h 30m às 12h 30m e das 13h 30m às 16h 00m, desde a data de publicação do respetivo Anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3.2 Adicionalmente será facultada a possibilidade de verificar o estado atual do pontão flutuante, no local onde se encontra parqueado, no dia 08 de junho de 2016, entre as 14h30m e as 16h30m.

3.3 O Processo de Venda é constituído pelas seguintes peças do procedimento:

Vol. I - Anúncio;

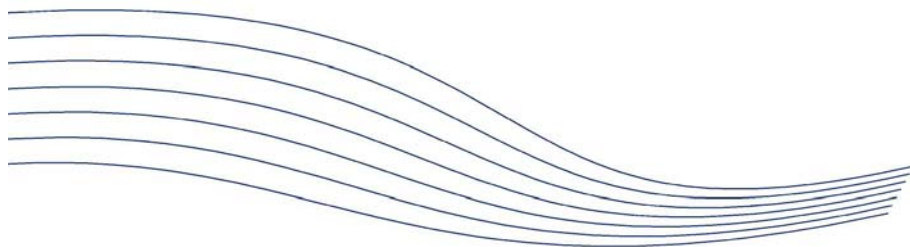
Vol. II - Condições Gerais;

Vol. III - Caderno de Encargos.

3.4 Os proponentes obrigam-se a conhecer, além das presentes “Condições Gerais”, o “Anúncio” e o “Caderno de Encargos” que integram o Procedimento.

4. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

A APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., reserva-se o direito de não adjudicar a presente venda caso verifique que o proponente, cuja proposta oferece o preço mais elevado, apresenta algum dos impedimentos previstos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro, republicado pelo Decreto-Lei 278/2009, de 02 de Outubro e



sucessivamente alterado pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2010, de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho.

5. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

- 5.1 As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
- a. Declaração do proponente, de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada de acordo com o modelo constante do Anexo I, das Condições Gerais;
 - b. Proposta de preço conforme Modelo constante do Anexo II, das Condições Gerais;
 - c. Número de identificação fiscal e, no caso de o proponente ser pessoa coletiva, código de acesso à certidão permanente *on-line*.
- 5.2 A declaração e a proposta referidas no ponto anterior deverão ser assinadas pelo proponente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- 5.3 Os documentos que constituem a proposta serão obrigatoriamente redigidos em português;
- 5.4 Os preços constantes da proposta não incluirão o IVA e serão indicados em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência e para todos os efeitos, os preços indicados por extenso.

6. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Os interessados deverão remeter a respetiva proposta à APA, S.A., Edifício 9, Forte da Barra, 3830-565 Gafanha da Nazaré, até às 17h30m do dia 20 de junho de 2016, em conjunto com os restantes documentos, em sobrescrito fechado, no rosto do qual deve constar a inscrição: Processo de Venda de Estrutura Metálica de Acesso ao Pontão Flutuante RO-RO.

7. PRAZO DAS PROPOSTAS

- 7.1 O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data do termo do prazo para a sua apresentação.
- 7.2 O prazo referido no número anterior considera-se sucessiva e automaticamente prorrogado se, até ao seu termo, os concorrentes nada disserem em contrário.

8. ATO PÚBLICO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

- 8.1 A abertura das propostas realizar-se-á em ato público, que decorrerá perante uma comissão de abertura e apreciação das propostas designada para o efeito, e terá lugar no local, data e hora mencionados no anúncio a publicar em jornal diário de maior tiragem do País e em jornal regional.
- 8.2 Poderão intervir no ato público de abertura das propostas os proponentes ou seus representantes, devendo, no caso das pessoas singulares, exibir o respetivo Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão e, no caso das pessoas coletivas, exibir o(s) Bilhete(s) de Identidade(s)/Cartão de Cidadão do(s) respetivo(s) representante(s) e uma procuração ou credencial que lhe(s) confira poderes para o ato e da qual constem o(s) respetivo(s) nome(s) e o(s) número(s) do(s) referido(s) documento(s) de identificação pessoal.
- 8.3 A adjudicação será feita ao proponente cuja proposta apresenta o maior valor económico.
- 8.4 Caso se verifique a apresentação de duas ou mais propostas com ofertas de igual montante, abre-se logo licitação entre os respetivos proponentes.
- 8.5 Estando presente só um dos proponentes do maior preço pode esse cobrir a proposta dos outros. Se nenhum deles estiver presente ou nenhum quiser cobrir a proposta dos outros, procede-se a sorteio para determinar a proposta que deve prevalecer.
- 8.6 As propostas, uma vez apresentadas, só podem ser retiradas se a sua abertura for adiada por mais de 60 dias depois do primeiro designado.
- 8.7 Imediatamente após abertura, ou depois de efetuada a licitação ou o sorteio a que houver lugar, são as propostas apreciadas pela comissão designada para o efeito.
- 8.8 Serão excluídas as propostas que apresentem valor unitário inferior a 130,00 €/ton (cento e trinta euros por tonelada), valor que não inclui o IVA, bem como as propostas que não sejam constituídas por todos os documentos referidos nas alíneas a) a c) do número 5.1 supra.
- 8.9 As irregularidades relativas à abertura, licitação, sorteio, apreciação e aceitação das propostas só podem ser arguidas no próprio ato, mediante reclamação para a comissão designada para o efeito.
- 8.10 A comissão de abertura e apreciação das propostas decidirá de imediato, em sessão reservada, qualquer reclamação apresentada nos termos do número anterior.
- 8.11 Da deliberação da comissão que aprecie reclamação apresentada nos termos do número 8.9, caberá recurso para o Conselho de Administração da APA, S.A., o qual decidirá no prazo de 10 dias úteis.
- 8.12 Terminada a abertura das propostas será elaborado um auto de abertura e aceitação das propostas, no qual se identificará, para além de outras ocorrências, a proposta aceite, o nome do respetivo proponente e o preço oferecido pela estrutura metálica de acesso ao pontão flutuante.

9. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E HABILITAÇÃO

- 9.1 A adjudicação será notificada em simultâneo a todos os proponentes.
- 9.2 Juntamente com a comunicação prevista no número anterior, o adjudicatário será ainda notificado para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresentar os seguintes documentos de habilitação:
- a. Declaração conforme modelo constante do Anexo III das Condições Gerais que delas faz parte integrante;
 - b. Documento comprovativo de não ter sido condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ou de entretanto ter ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, de não terem sido condenados por aqueles crimes os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, em efetividade de funções;
 - c. Documento comprovativo de ter a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
 - d. Documento comprovativo de ter a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
 - e. Documento comprovativo de não ter sido condenado(a) por sentença transitada em julgado pelos crimes de participação em atividades de uma organização criminosa, corrupção, fraude ou branqueamento de capitais ou de entretanto ter ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares. No caso de se tratar de pessoas coletivas, de não terem sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, em efetividade de funções ou de entretanto ter ocorrido a sua reabilitação.
- 9.3 Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou quando pela sua própria natureza ou origem estiverem redigidos em língua estrangeira, ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.
- 9.4 Quando os documentos de habilitação se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.
- 9.5 Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos de habilitação cuja reprodução tenha sido apresentada, a entidade adjudicante pode sempre exigir ao adjudicatário que, em prazo fixado para o efeito, apresente os respetivos originais.

- 9.6 Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para o respetivo suprimento.

10. PAGAMENTO DO PREÇO

- 10.1 Para efeitos de adiantamento do valor a pagar pela aquisição da estrutura metálica, o adjudicatário fica obrigado a:

- a) Entregar na Tesouraria da APA, S.A., no dia da abertura e aceitação da proposta, 10% do montante que resultar da multiplicação do preço unitário proposto por 50, como sinal e princípio de pagamento da referida estrutura metálica;
- b) Efetuar o pagamento à APA, S.A., do remanescente do montante calculado pela alínea a) no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data referida nessa alínea;
- c) Efetuar o pagamento final à APA, S.A., relativo ao acerto do montante que ainda não tiver sido pago por força das alíneas a) e b) face à quantidade total efetivamente retirada, no prazo de 30 dias a contar da data de conclusão da remoção.

- 10.2 A falta de cumprimento, por parte do adjudicatário, de qualquer uma das obrigações previstas nas alíneas a) e b) do número anterior e nos números 9.2, 9.5 e 9.6 supra, equivale à renúncia à compra da estrutura metálica de acesso ao pontão flutuante RO-RO e determina a perda a favor da APA, S.A., do preço já pago.

11. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

12. ADJUDICAÇÃO EM CASO DE RENÚNCIA À COMPRA OU CADUCIDADE

Caso ocorra a renúncia à compra ou a caducidade da adjudicação, a APA, S.A., reserva-se o direito de adjudicar a venda da estrutura metálica de acesso ao pontão flutuante RO-RO ao proponente que ofereceu o preço ordenado em lugar subsequente.

13. DESPESAS E ENCARGOS

As despesas e os encargos inerentes à apresentação da proposta serão da responsabilidade dos proponentes.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento dos termos e condições constantes do processo de venda da estrutura metálica de acesso ao pontão flutuante RO-RO, parqueado no Terminal Norte do Porto de Aveiro declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga ao exato e pontual cumprimento dos aludidos termos e condições, relativamente aos quais declara aceitar, integralmente e sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a) ;
- b) ;
- c) ;

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

3 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

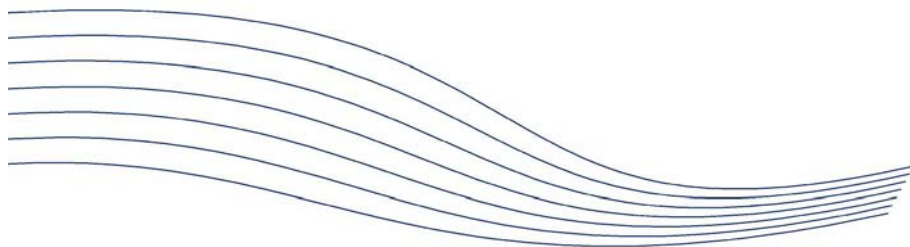
- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do concurso que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaía, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se a apresentar a declaração que constitui o anexo III do processo de venda da estrutura metálica de acesso ao pontão flutuante RO-RO, bem como os documentos comprovativos que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, equivale à renúncia à compra da estrutura



metálica de acesso ao pontão flutuante RO-RO e determina a perda a favor da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., do preço já pago.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto no ponto 5.1 das condições gerais do processo de venda.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Do concorrente ou do(s) representante(s) que tenha(m) poderes para o obrigar.

Anexo II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

_____, _____ - _____ (nome completo) com morada
(código postal) _____ (telefone),
_____ (nº contribuinte fiscal), depois de ter tomado conhecimento do Processo de Venda de
Estrutura Metálica de Acesso ao Pontão Flutuante RO-RO, que se encontra parqueado no Terminal Norte do
Porto de Aveiro, na Gafanha da Nazaré, propõe-se adquirir a referida estrutura, no estado em que se
encontra, de harmonia com as condições estabelecidas no Procedimento pelo preço de00 €/ton (em
numerário e por extenso).

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor (se
aplicável).

Mais se declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato,
ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data, _____

Assinatura _____

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede), adjudicatário(a) da Estrutura Metálica de Acesso ao Pontão Flutuante RO-RO que se encontra parqueado no Terminal Norte do Porto de Aveiro, na Gafanha da Nazaré, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

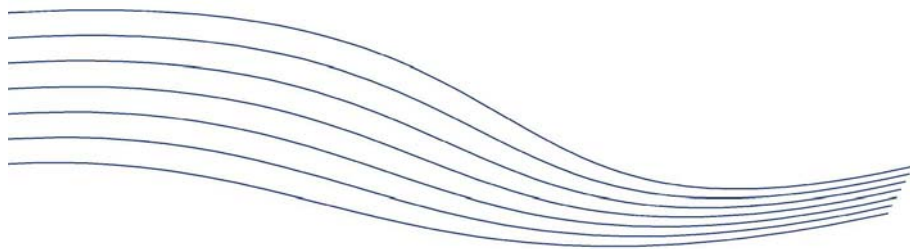
f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos que a sua representada (10) se encontra nas situações previstas nas alíneas b) a e) do ponto 9.2 das condições gerais do processo de venda de estrutura metálica de acesso ao pontão flutuante RO-RO.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Do concorrente ou do(s) representante(s) que tenha(m) poderes para o obrigar.

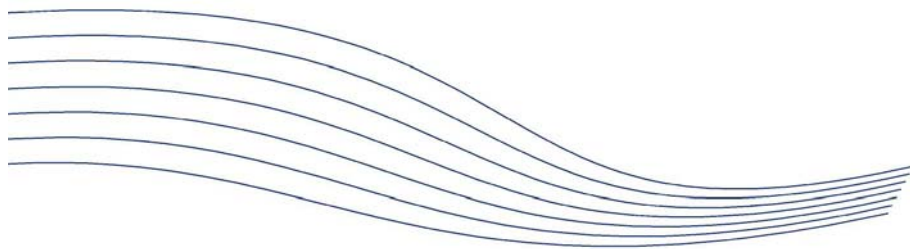


PROCESSO DE VENDA DE ESTRUTURA METÁLICA DE ACESSO
AO PONTÃO FLUTUANTE RO-RO

III - CADERNO DE ENCARGOS -

ÍNDICE

1. CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA METÁLICA DE ACESSO AO PONTÃO FLUTUANTE RO-RO
2. LOCALIZAÇÃO
3. CONDIÇÕES DE ENTREGA
4. PRAZO PARA REMOÇÃO
5. TRABALHOS A EXECUTAR
6. TRANSPORTE E PESAGEM
7. FORO COMPETENTE
8. CONTAGEM DOS PRAZOS
9. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL



1. CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA METÁLICA DE ACESSO AO PONTÃO FLUTUANTE RO-RO

A referida estrutura metálica tem as seguintes características principais:

Tipo de estrutura - Estrutura metálica, datada de 1987, com 20 metros de comprimento, 7 metros de largura e 1,4 metros de altura, acrescido de varandins laterais com 1 metro de altura, e dois apoios metálicos com 6,50 metros de comprimento, 1,5 metros de largura e 2 metros de altura.

Material de construção - Ferro.

2. LOCALIZAÇÃO

A estrutura metálica de acesso ao pontão flutuante RO-RO encontra-se parqueada no Terminal Norte do Porto de Aveiro, na Gafanha da Nazaré, concelho de Ílhavo.

3. CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 3.1 A estrutura metálica será entregue ao adjudicatário no estado em que se encontrar, não havendo por parte da APA, S.A. nenhuma intervenção antes da venda. A sua atual condição poderá ser verificada no local, nos termos definidos nas Condições Gerais.
- 3.2 A referida estrutura não pode ser removida ou intervencionada sem que o adjudicatário esteja devidamente habilitado e demonstre ter pago a totalidade do montante referido nas alíneas a) e b) do número 10 das Condições Gerais.
- 3.3 Quaisquer que sejam as dificuldades que sobrevenham na execução dos trabalhos, não será alterado o valor da venda, entendendo-se que o Adjudicatário se inteirou devidamente, antes da apresentação da proposta, das condições em que se encontrava a estrutura metálica referida em 3.1.

4. PRAZO PARA REMOÇÃO

- 4.1 A remoção da estrutura metálica de acesso ao pontão flutuante RO-RO do local em que se encontra parqueado será efetuada no prazo máximo de 45 dias contados da data da comunicação da adjudicação.
- 4.2 Findo tal prazo, a APA, S.A., cobrará ao adjudicatário uma penalidade mensal de €1000,00 (mil euros), por cada mês de permanência da estrutura no local referido em 4.1.

5. TRABALHOS A EXECUTAR

- 5.1 O adjudicatário é responsável por remover a estrutura metálica do local onde se encontra, no prazo de 45 dias a contar da data da adjudicação e não terá direito a qualquer indemnização ou restituição se, por motivos não imputáveis à APA, S.A., não efetuar a remoção no prazo estabelecido.

- 5.2 O adjudicatário não poderá executar qualquer trabalho, operação ou atividade, incluindo o desmantelamento e/ou transporte da estrutura metálica de acesso ao pontão flutuante RO-RO, sem prévia autorização da APA, S.A. e/ou da entidade competente para o respetivo licenciamento ou autorização.
- 5.3 Compete ao adjudicatário obter as licenças e/ou autorizações necessárias à execução dos trabalhos de desmantelamento da estrutura metálica, bem como por suportar os inerentes encargos.
- 5.4 Até à remoção da estrutura metálica de acesso ao pontão flutuante RO-RO, o Adjudicatário será responsável pelos trabalhos que execute ou mande executar a terceiros, obrigando-se a assegurar, em cada momento, a correta execução dos mesmos e a segurança de pessoas e bens.
- 5.5 Os trabalhos a realizar no âmbito das atividades suprarreferidas não podem colidir com outros trabalhos que estejam a ser executados nas instalações portuárias, nem colocar terceiros em perigo.
- 5.5 Todo o pessoal da empresa adjudicatária ficará, durante a execução dos serviços que decorrerem no Porto de Aveiro, sujeito às normas e regulamentos em vigor na APA, S.A., consoante o tipo de trabalhos e o local em que estes decorrerem, e apresentar-se-á com vestuário e equipamentos de proteção adequados ao serviço a executar.

6. TRANSPORTE E PESAGEM

- 6.1 Para efeito de cálculo do peso da estrutura e emissão dos documentos de transporte, todos os veículos serão tareados e pesados nas básculas da APA, S.A. existentes no terminal portuário.
- 6.2 O transporte dos materiais/resíduos para o exterior do Terminal Norte obriga à emissão prévia da respetiva Guia de Acompanhamento de Resíduos e/ou Guia de Transporte, quando aplicável.

7. FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes da venda fica estipulada a competência da comarca de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outra.

8. CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos são contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias feriados.

9. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 8.1 O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
- 8.2 Em tudo o omissa, aplicar-se-á o Código Civil e demais legislação aplicável.

